

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.558, DE 2003

Altera a lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003 que dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do banco do Brasil S.A. para a atuação no segmento de microfinanças e consórcios.

Autor: Deputado Confúcio Moura

Relator: Deputado José Pimentel

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo, em exame, de autoria do Deputado Confúcio Moura, dispõe que a subsidiária integral analisará, para a realização de suas operações, a situação individual de cada beneficiário junto a bancos de dados de proteção ao crédito, não estando obrigada a condicionar a liberação do crédito ao resultado da pesquisa.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela não implicação financeira do Projeto; no mérito, aquele Colegiado votou por sua aprovação à unanimidade de seus membros.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Incumbe a este Colegiado, nos termos da alínea **a** do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa examinar as proposições, no que toca a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.

A norma introduzida pelo Projeto é de prudência e visa a dar maior proteção ao consumidor de crédito de baixa renda. Não é norma estruturante da Administração, ainda que esteja incorporada por afinidade a norma dessa natureza. Não há, portanto, na Constituição, nenhum empecilho à iniciativa de Parlamentar nessa matéria.

O Projeto é constitucional, jurídico e de boa técnica.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.558, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado José Pimentel
Relator